IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade
V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES NA BNCC: PROBLEMATIZANDO OS CURRÍCULOS DE TRÊS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE MARIANA/MG A PARTIR DO OLHAR DOS/DAS SEUS/SUAS DOCENTES.

Eixo Temático 15 – GÊNERO E SEXUALIDADES NO CONTEXTO ESCOLAR COMO RESISTÊNCIAS INVENTIVAS: O QUE PODE O "CHÃO DA ESCOLA"?

Apolônia de J Ferreira Silva [1]

RESUMO

Este trabalho busca desenvolver uma pesquisa com docentes do Ensino Médio de três escolas públicas estaduais da cidade de Mariana/MG. Diante do contexto de apagamento das relações de gênero e sexualidades nos documentos oficiais que orientam as escolas, o projeto tem como interesse verificar como essas questões estão sendo problematizadas nos currículos em ação do NEM; a partir do mapeamento de trabalhos já realizados por pesquisadores/as junto à BNCCEM, DCNEM e de entrevistas com docentes. Mediante aproximações com as perspectivas pós-estruturalistas das relações de gênero, sexualidades e educação, o argumento é o de que mesmo diante de estratégias que tentam controlar a discussão de gênero e sexualidades na educação, os/as docentes têm resistido ao cenário que constrói sujeitos[2].

Palavras-chave: Documentos curriculares, Novo Ensino Médio, Gênero, Sexualidades.

Introdução

A Educação Brasileira tem sido alvo de sucessivos ataques que buscam eliminar ou silenciar as discussões sobre gênero e sexualidades no ambiente escolar. Grande parte desses ataques são provenientes de grupos conservadores; àqueles que reivindicam "a retomada de valores ditos tradicionais, especialmente por sujeitos e grupos que intitulam representantes de religiões cristãs" (Castro, p. 02, 2017). Grupos que se constituem a partir de relações de poder que ditam as discussões legítimas ou não para

---

[1] Doutora em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Professora substituta na Universidade Federal de Ouro Preto- UFOP, apoloniasilva13@gmail.com.

[2] Pesquisa desenvolvida no âmbito do GEPPFOR – Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Formação de Professores, vinculado ao Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa.

serem incluídas nas escolas. Nesse contexto, esta pesquisa busca investigar de que maneira as questões de gênero e sexualidades estão sendo problematizadas nos currículos em ação do Novo Ensino Médio em três escolas públicas estaduais situadas na cidade de Mariana, Minas Gerais.

Desde a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988), já era possível identificar a regulação do Ensino Médio, com destaque para o desenvolvimento humano. Logo, desde esse período, "[...] a educação tem sido descrita, constitucionalmente, como direito público subjetivo, ou seja, como uma prerrogativa garantida ao indivíduo pela norma legal objetiva" (Macedo, 2015, p. 895).

Em relação a composição da Base Nacional Comum Curricular[3] (BNCC), ao estabelecer conhecimentos, competências e habilidades, também se encontra em vigor desde o ano de 1988 com a decretação da Constituição Cidadã. Mais tarde, já nos anos de 1996, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional[4] (LDB), ficou ainda mais evidente a sua importância no que diz respeito a orientação dos currículos escolares nacionais e, em 2017, teve a sua versão mais atual homologada.

Diante disso, é importante reforçar que os debates sobre a BNCC encontram-se ligados à Lei 13.415 de Fevereiro de 2017 (Brasil, 2017) e à Reforma do Ensino Médio. Nesse sentido, para que o 'Novo Ensino Médio' fosse efetivado, foi necessário a legitimação da BNCCEM, contando, assim, com uma nova organização do seu currículo. Período marcado por uma frente conservadora que ao defender a organização de currículos únicos, buscava manter os princípios de valorização das instituições sociais e tradicionais, indo contra as discussões de gênero e sexualidades no ambiente educacional e buscando apoio da bancada cristã evangélica no Congresso Nacional para eliminar todos esses debates.

Outro documento curricular oficial relevante a ser problematizado são as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), elaboradas na década de 1990. Nelas, havia uma ênfase marcada na interdisciplinaridade, propondo a articulação e o diálogo da História com as demais áreas das Ciências Humanas, como a Geografia, a Sociologia e a Filosofia (Dezemone, 2019, p. 92). Proposta que tinha como intenção o

[3] A Base compreende as seguintes etapas da Educação Básica Brasileira: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, entretanto, nesta investigação, chamo a atenção para a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCCEM), aprovada em 14 de dezembro de 2018.

incentivo à problematização, bem como um maior entendimento acerca das questões sociais.

O caminho da investigação: perspectivas metodológicas

Nesta pesquisa, procuro desenvolver a seguinte questão: *O que dizem docentes do Ensino Médio de três escolas públicas estaduais da cidade de Mariana – MG, sobre a problematização das questões de gênero e sexualidades em seus currículos em ação?*

Desse modo, tenho adoto uma metodologia de pesquisa de inspiração pós-estruturalista das relações de gênero, sexualidades, currículo e educação; caminho que me impulsiona a fugir de verdades únicas. Partindo do entendimento de que, para compor uma investigação, faz-se necessário articular os seus caminhos metodológicos, este trabalho está pautado nos seguintes passos:

Levantamento bibliográfico: A realização do levantamento bibliográfico, acontece por meio de ferramentas de busca na internet, as quais estão sendo elencadas em dois grupos: Buscadores Especializados e, Sites de Periódicos Acadêmicos que trabalham, especificamente, com os estudos de gênero, sexualidades e currículo, os quais estão sendo escolhidos de acordo com o Qualis Periódicos. Nesse sentido, ao elaborar o mapeamento dos trabalhos já realizados por pesquisadores/as junto à BNCCEM e às DCNEM, tenho como intenção compreender os materiais analisados para além de meros documentos de registro marcados por uma história fiel. Procuro verificá-los a partir de diversos ângulos, construídos em meio a disputas, tensionamentos, relações de poder e jogos de força.

Entrevista narrativa: A partir dos trabalhos de Andrade (2014), penso que a realização das entrevistas possa ser ressignificada, compreendendo-as, então, como entrevistas narrativas. Sendo assim, a escolha metodológica em fazer uso da entrevista narrativa deve-se à sua profundidade, oportunizando ao/à entrevistado/a falar sobre ocorrências que considera importantes, contando, assim, com a mínima interrupção do/a pesquisador/a.

Até o momento, a intenção é realizar as entrevistas narrativas com seis docentes que lecionem no Novo Ensino Médio de três escolas públicas estaduais da cidade de Mariana-MG. No que diz respeito à realização dos encontros, após agendamento, a intenção será realizar reuniões a fim de que eu possa apresentar a proposta de pesquisa e

sanar eventuais dúvidas que possam surgir sobre o trabalho. Para reforçar o comprometimento e a ética com as participações e com as falas dos/as entrevistados/as, os/as docentes participantes da pesquisa receberão uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que possam conhecer melhor a investigação, bem como sejam assegurados os seus devidos direitos.

Após a realização das entrevistas narrativas que acontecerão por meio de encontros presenciais, o material será transcrito e problematizado. Com o intuito de manter o anonimato, estarei utilizando nomes fictícios ao me referir aos/às docentes participantes. Desse modo, este percurso metodológico poderá contribuir para um encontro de experiências trazidas pelos/as docentes que, ao atravessarem esta investigação, dialogam e se misturam às minhas próprias vivências.

Referências conceituais

Após a aprovação deste trabalho por meio do Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Viçosa, a pesquisa será analisada a partir de aproximações com as perspectivas pós-estruturalistas das relações de gênero, sexualidades, currículo e educação. Para isso, tomo como inspiração produções desenvolvidas no campo dos *estudos de gênero e sexualidades* (Butler, 1993; 2006; Foucault, 1988; Louro, 2004; Meyer, 2003), *currículo* (Oliveira,2020; Paraíso, 2016; Sacristàn, 2020; Sales, 2020; Silva, 2007), assim como *documentos curriculares oficiais do Ensino Médio* (Brasil, 2008), com destaque para a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio e para as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

As questões referentes aos estudos de gênero e às sexualidades na educação e nos currículos surgem a partir de intensas lutas sociais e políticas ao longo da história. Conforme problematizei em trabalho anterior (Silva, 2017), quando se começou a falar sobre o gênero, mais precisamente nos anos de 1960, o termo era utilizado para se referir aos papéis sociais e culturais atribuídos aos homens e às mulheres, levando em consideração o seu sexo biológico, produzindo, assim, a falsa estabilidade das oposições binárias. Nesta proposta de trabalho, o gênero é pensado como “o mecanismo através do qual se produzem e se naturalizam as noções de masculino e feminino” (Butler, 2006, p.70). Já, as sexualidades, enquanto um dispositivo histórico de constituição de sujeitos (Foucault, 1988), encontram-se marcadas por relações de poder e controle. Logo, as

questões de gênero, e as sexualidades são entendidas como organizadores sociais, resultantes de construções históricas e culturais.

A partir da inspiração em Foucault (1988), é possível pensar que as relações de gênero e sexualidades se encontram inseridas nas agendas políticas desde os tempos modernos, já que se referem aos modos como os sujeitos se constituem bem como são governados. No cenário educacional, mesmo diante da tentativa de silenciamento aos temas gênero e sexualidade, defendida por grupos reacionários, em meio aos documentos curriculares oficiais, é possível identificar um movimento de resistência por parte dos/das docentes; envolvendo uma conjuntura de disputas e tensões.

Nesse sentido, o currículo, enquanto um documento político, é entendido como um lugar de construção de sujeitos. Um campo que, ao estabelecer verdades, encontra-se inserido em um contexto de disputas. O currículo "é sempre o resultado de uma seleção [...] de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes" (Silva, 2007, p. 15). Um currículo que ordena e reforça as normas postas pela sociedade.

Assim como defendem Leite; Castro; Ferrari (2021), "precisamos também considerar a importância do currículo no exercício do ato pedagógico e na constituição dos sujeitos" (p. 396); permitindo-nos questionar o investimento realizado pelos documentos curriculares oficiais em "tipos" de sujeitos, reforçando certos modos de vida e excluindo outros. Refiro-me àqueles sujeitos produzidos em meio a um currículo rodeado por relações performativas em que um processo de constante reiteração de normas e modelos vai aos poucos se produzindo e se constituindo (Butler, 1993).

Dito isso, este trabalho entende o silenciamento das questões de gênero e sexualidades em meio à Reforma do Ensino Médio, assim como na elaboração dos documentos curriculares oficiais do Ensino Médio construídos em meio a um jogo discursivo, como um movimento de "estratégias políticas de imposição de determinados saberes [...] sob a justificativa de melhoria do ensino, para aumentar a eficiência do Ensino Médio e [...] promover a qualidade de educação" (Giovanetti; Sales, 2020, p. 05); ocorrência que marca a tentativa de governar os corpos.

Problematizações preliminares sobre a investigação em curso

Os primeiros movimentos de pesquisa têm mostrado que tanto as DCNEM quanto a BNCCEM se referem a um movimento de transformação do Ensino Básico brasileiro ao longo do tempo. Nesse caso, pensar a estruturação de documentos

curriculares oficiais, que contribuem para a organização da educação envolve jogos de forças e relações de poder, investindo e selecionando os conteúdos considerados legítimos e possíveis de serem problematizados nos currículos em ação das escolas, ou seja, àqueles planejamentos colocados, efetivamente, em prática, dentro da sala de aula.

As questões de gênero e as sexualidades, produzidas por meio de normas e discursos socialmente construídos, ao se inserirem em meio a BNCCEM e às DCNEM, à medida que implicam na constituição dos sujeitos, também promovem resistência aos temas silenciados. Chamo a atenção para as brechas e as rupturas que ao serem encontradas em meio aos currículos em ação, podem sugerir modos de resistência: "A imagem de um currículo que desfaz, que ative, que afirme e que experimente pode maquinara resistência" (Paraíso, 2016, p. 405). Um movimento que requer luta, inventividade; que pode permitir pensamentos e problematizações sobre as verdades postas e legitimadas socialmente.

Nesse sentido, é possível pensar o currículo como um território de intensas disputas. Quando as questões de gênero e sexualidade são incorporadas ao currículo em ação, ele se torna um potente campo de resistência, contribuindo para uma educação crítica e inclusiva. Por fim, faz-se necessário reforçar que neste trabalho, as relações de gênero, sexualidades e a problematização dos currículos são pensadas para além de temáticas, mas entendidas como um potente campo de estudo.

Referências

ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós- estruturalistas. *In:* MEYER, Dagmar E. E.; PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação.** (orgs.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 175-196.

Brasil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n 13.415 de Fevereiro de 2017.** Dispõe sobre mudanças no Ensino Médio. Brasília, DF, 2017.

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter:** on the discursive limits of "sex". Nova York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Deshacer el gênero.** Barcelona: Paidos, 2006.

CASTRO, Roney Polato. **Gênero, sexualidade, religiosidade e escola:** problematizando relações. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. ISSN 2179-510X.

Disponível em: https://www.en.wwt2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499401044_ARQUIVO_RoneyPolatoCastro_FazendoGenero_2017.pdf. Acesso em 20 de Maio de 2024.

DEZEMONE, Marcus. Diretrizes curriculares. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (org.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 91-97.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GIOVANNETTI, Carolina; SALES, Shirlei. BNCC, Reforma do Ensino Médio e questões de gênero: disputas para o controle do conhecimento. **Olhar de professor,** Ponta Grossa: v. 25, p. 1-26, e-20385.064, 2022. Disponível em https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor.

LARA, Casarin Leite; CASTRO, Roney Polato; FERRARI, Anderson. Gênero na BNCC de Ciências da natureza: buscando brechas para outros currículos. **Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio**, p. 390 – 409, Jun, 2021. Disponível em: https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/491. Acesso em 23 de Maio de 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACEDO, Elizabeth. A Base Nacional Comum para currículos: Direitos de Aprendizagem e desenvolvimento para quem? **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 36, nº. 133, p. 891-908, Out./Dez., 2015. Disponível em: Acesso em: 19 maio. 2024.

MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima. Modos de ver e de se movimentar pelos "caminhos" da pesquisa pós-estruturalista em educação: o que podemos aprender com – e a partir de – um filme. *In:* COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (orgs.). **Caminhos Investigativos III:** riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 23-44.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, [*s. l.*], v. 16, n. 3, p. 338-415, 2016.

SILVA, Apolônia de J. Ferreira. **Gênero e sexualidades na formação de pedagogos/as**: diálogos acerca de entendimentos e práticas discentes. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.